

URBIA CATARATAS JERICOACOARA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

URBIA CATARATAS JERICOACOARA S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Urbia Cataratas Jericoacoara S.A.  
Jijoca de Jericoacoara - CE

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Urbia Cataratas Jericoacoara S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2026.

# URBIA CATARATAS JERICOACOARA S.A.



## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11	24.132
Adiantamento a terceiros	6	22	1.014
Tributos a recuperar	5	431	447
Estoques	4	170	38
Despesas antecipadas		121	64
Total do ativo circulante		755	25.695
Não circulante			
Intangível	7	120.836	74.045
Total do ativo não circulante		120.836	74.045
Total do ativo		121.591	99.740
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	114.175	87.707
Obrigações Sociais a recolher	11	3	20
Fornecedores	8	370	1.181
Tributos a recolher	10	4	40
Partes relacionadas	12	-	1.068
Total do passivo circulante		114.552	90.016
Não Circulante			
Partes relacionadas	12	102	-
Total do passivo não circulante		102	-
Total do passivo		114.654	90.016
Patrimônio Líquido			
Capital Social	13	10.436	10.436
Prejuízos acumulados	13	(3.499)	(712)
Total do patrimônio líquido		6.937	9.724
Total do passivo e patrimônio líquido		121.591	99.740

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2025 a 31/12/2025	12/04/2024 a 31/12/2024
Custo das vendas	14	-	(58)
Resultado bruto		-	(58)
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(2.620)	(1.862)
Resultado operacional		(2.620)	(1.920)
Despesas financeiras	15	(202)	(130)
Receitas financeiras	15	35	1.338
Resultado financeiro, líquido		(167)	1.208
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(2.787)	(712)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
Resultado líquido do exercício		(2.787)	(712)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# URBIA CATARATAS JERICOACOARA S.A.



Demonstração do resultado abrangente  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	01/01/2025 a 31/12/2025	12/04/2024 a 31/12/2024
Resultado líquido do exercício	(2.787)	(712)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(2.787)	(712)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# URBIA CATARATAS JERICOACOARA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)



	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Capital Social	10.436	-	10.436
Resultado do exercício	-	(712)	(712)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.436	(712)	9.724
Resultado do exercício	-	(2.787)	(2.787)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10.436	(3.499)	6.937

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.787)	(712)
Ajustes		
Juros sobre notas comerciais e contas garantidas	16.186	6.087
Amortização	129	6
Custo de Notas Comerciais	(391)	-
	<u>13.137</u>	<u>5.381</u>
Variações nos ativos e passivos		
Estoques	(132)	(38)
Tributos a recuperar	16	(447)
Adiantamentos a Fornecedores	992	(1.014)
Despesa antecipada	(57)	(64)
Fornecedores	(811)	1.181
Tributos a Recolher	(36)	40
Obrigações sociais a recolher	(17)	20
	<u>(45)</u>	<u>(322)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>13.092</u>	<u>5.059</u>
Juros Pagos	(10.802)	-
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	<u>2.290</u>	<u>5.059</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição em ativos intangíveis	(30.734)	(67.964)
Capitalização de Juros	(16.186)	(6.087)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(46.920)</u>	<u>(74.051)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de Notas Comerciais	-	81.620
Captação Conta Garantida	21.475	-
Aumento de capital	-	10.436
Partes relacionadas	(966)	1.068
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>20.509</u>	<u>93.124</u>
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(24.121)</u>	<u>24.132</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.132	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11	24.132
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(24.121)</u>	<u>24.132</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

1. Informações gerais

Contexto operacional

A Urbia Cataratas Jericoacoara S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída com o propósito específico de executar o Contrato de Concessão nº 002/2024, celebrado em 11 de junho de 2024, cujo objeto consiste na implantação, operação, manutenção e exploração econômica do Parque Nacional de Jericoacoara.

O contrato encontra-se regularmente celebrado e vigente. Contudo, por força de decisão liminar proferida na Ação Civil Pública nº 0804622-14.2024.4.05.8103, encontra-se temporariamente suspensa a cobrança de ingressos, principal fonte de receita operacional da Companhia.

Em decorrência desse cenário, a Companhia permaneceu, ao longo de 2025, em fase pré-operacional, concentrando-se na estruturação administrativa, financeira e técnica da concessão, em aguardo da promulgação da ordem de início pelo Poder Concedente e consequente eficácia do Contrato

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo líquido no montante de R\$ 2.787 (R\$ 712 em 2024), patrimônio líquido de R\$ 6.937 (R\$ 9.724 em 2024) e capital circulante líquido negativo de R\$ 113.797 (R\$ 64.321 em 2024), refletindo principalmente o estágio atual da Companhia, em fase pré-operacional, na qual ainda aguarda a promulgação da data de eficácia pelo Poder Concedente, de desenvolvimento inicial da concessão.

Por força de decisão liminar proferida na Ação Civil Pública nº 0804622-14.2024.4.05.8103, encontra-se suspensa, até ulterior deliberação judicial, a cobrança de ingressos dos visitantes do parque que tenham a Vila de Jericoacoara como destino exclusivo, cuja implementação estava originalmente prevista para dezembro de 2024. Tal medida alterou extraordinariamente a lógica consubstanciada no Contrato de Concessão, com risco alocado ao Poder Concedente, impedindo, até o presente momento, a eficácia do Contrato o que, por sua vez, impactou geração de caixa projetada para o exercício de 2025, contribuindo para o desempenho negativo apurado no período.

A Administração ressalta que a limitação da cobrança possui natureza temporária, tendo em vista se tratar de uma decisão liminar, permanecendo hígida a relação contratual firmada com o Poder Concedente e os direitos emergentes do Contrato. O evento decorre de circunstância extraordinária e alheia à gestão da Companhia, sendo passível de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos das disposições contratuais e da legislação aplicável às concessões públicas, caso a decisão liminar seja confirmada na segunda instância.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

Com o objetivo de avaliar a capacidade de continuidade operacional, a Administração elaborou projeções de fluxo de caixa para período superior a 12 meses contados da data de emissão destas demonstrações financeiras. Tais projeções consideram, entre outras premissas, a expectativa de reversão ou revisão da decisão judicial, a eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e repactuação da concessão, de modo a refletir e adequar o Contrato perante a decisão judicial extraordinária tendo em vista a preservação do equilíbrio econômico e financeiro, a adequação do perfil de endividamento por meio de renegociação contratual e a manutenção de estrutura de custos compatível com o estágio atual das operações.

Com base nessas análises, a Administração concluiu que a Companhia dispõe de recursos e alternativas viáveis suficientes para honrar seus compromissos e manter suas operações no curso normal dos negócios no horizonte de avaliação considerado, motivo pelo qual estas demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional.

As demonstrações contábeis não contemplam quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos na hipótese de descontinuidade das operações.

Com base nessas análises, a Administração concluiu que a Companhia dispõe de recursos e alternativas viáveis suficientes para honrar seus compromissos e manter suas operações no curso normal dos negócios no horizonte de avaliação considerado, motivo pelo qual estas demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional.

As demonstrações contábeis não contemplam quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos na hipótese de descontinuidade das operações.

## 2. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de março de 2026.

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

## 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

## 2.3. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

#### 2.4. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização no fim de cada período de divulgação.

## 2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### Ativos financeiros

Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para os custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 9.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de "hedge".

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

#### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

#### Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de ser reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, cujo valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

#### 2.8. Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura e para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

## 2.9. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido da amortização acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável.

O custo inicial inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo, bem como os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados a ativos em construção de longo prazo, quando atendidos os critérios para capitalização.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que gerem benefícios econômicos futuros e possam ser mensurados com confiabilidade. Caso contrário, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

No âmbito do contrato de concessão, as melhorias, ampliações e investimentos que não sejam reversíveis ao Poder Concedente e que atendam aos critérios de reconhecimento são registrados como ativos intangíveis.

A amortização do ativo intangível da concessão é reconhecida ao longo do prazo remanescente do contrato de concessão, vigente até 2054. Considerando que a geração de benefícios econômicos está diretamente relacionada ao fluxo de visitantes, a Companhia adotará o método de amortização por demanda, calculado com base na quantidade de visitantes atendidos em cada período.

A amortização será iniciada quando o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando a concessão entrar em operação e houver geração de fluxo de visitantes.

A Administração entende que esse critério reflete adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável são capitalizados como parte do custo do respectivo ativo, nos termos do CPC 20 - Custos de Empréstimos. A capitalização é iniciada quando incorridos os dispêndios com o ativo, incorridos os custos de empréstimos e iniciadas as atividades necessárias para preparar o ativo para seu uso pretendido. A capitalização é suspensa durante períodos em que o desenvolvimento do ativo esteja interrompido por prazo prolongado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

As melhorias e investimentos não reversíveis e não destinados a prestação de serviço de concessão, são registrados como ativos intangíveis, inclusive os custos de empréstimos captados pela Companhia para financiamento de obras e de longo prazo. Sua amortização é registrada no resultado do período.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional constatada e projetada em cada parque da Concessão.

#### 2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões, quando houver, serão constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 2.11. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

## 2.12. Custo de empréstimos

Os saldos dos empréstimos são inicialmente reconhecidos pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser amortizados conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos.

## 2.13. Receitas e despesas financeiras

Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda financeira. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados.

## 2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

### a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Companhia adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais:

- A Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Companhia, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

2.14.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

#### Impactos da reforma tributária

##### Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

##### Principais Substitutos e Mudanças:

- Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- Imposto sobre Bens e Serviços (IBS): imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: o IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

##### Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº 5 tributos a recuperar, nº 7 vida útil do ativo intangível e nº 16 sobre provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Companhia reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

A Companhia não tem IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Banco conta movimento	-	7
Aplicações financeiras - Certificados de Depósitos Bancário (CDBs)	11	24.125
	<u>11</u>	<u>24.132</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
 Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
 (Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor, que são remuneradas entre 90% e 103% do CDI de mercado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

4. Estoques

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Uso e consumo	170	38
	<u>170</u>	<u>38</u>

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

5. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS e COFINS	28	27
ICMS	17	49
IRPJ e CSLL	378	371
ISSQN	8	-
	<u>431</u>	<u>447</u>

6. Adiantamento a terceiros

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamento a terceiros	22	1.014
	<u>22</u>	<u>1.014</u>

Os valores correspondem a pagamentos antecipados para aquisição de serviços e materiais para as obras do parque.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

## 7. Intangível

Custo	Direito de concessão	Juros capitalizados	Software	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Obra	Computadores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	63.980	6.087	63	207	37	3.532	145	74.051
Adições	162	16.186	51	62	61	30.062	103	46.920
Saldos em 31 de dezembro de 2025	64.142	22.273	114	269	98	33.594	248	120.971
Amortização								
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	(2)	(2)	-	-	(2)	(6)
Amortizações	-	-	(21)	(9)	(22)	-	(51)	(129)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	(23)	(11)	(22)	-	(53)	(135)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	63.980	6.087	61	205	37	3.532	143	74.045
Saldos em 31 de dezembro de 2025	64.142	22.273	91	258	76	33.594	195	120.836

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

Os valores registrados em concessão referem-se a direitos de exploração de infraestrutura e faz parte da concessão, cujos serviços operados pela Companhia são regulados pela concedente (setor público). Este valor compreende o custo de aquisição da outorga inicial bem como as contratações incluídas no processo de licitação.

A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura da concessão para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Nesse contexto, a Companhia recebeu um ativo intangível - um direito de cobrar pelo uso do ativo do setor público que construir ou aperfeiçoar e em seguida operar e manter por um período específico de 30 anos.

#### 8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores no valor de R\$ 370 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.181 em 31 de dezembro de 2024), sendo 100% deste valor referente a fornecedores de serviços e produtos decorrentes da operação. O fluxo de pagamento estimado é de 37% deste valor em 60 dias e 63% nos meses consecutivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

## 9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	2024	Adições / Aquisições (+)	Pagamento de principal (-)	Pagamento de juros (-)	Juros apropriados (+)	2025
Conta Garantida	-	21.475	-	-	2.524	23.999
Notas comerciais	87.853	-	-	(10.802)	13.288	90.339
(-) Custos de captação	(146)	(391)	-	-	374	(163)
	<u>87.707</u>	<u>21.084</u>	<u>-</u>	<u>(10.802)</u>	<u>16.186</u>	<u>114.175</u>
Circulante	87.707	-	-	-	-	114.175

  

Modalidade	2023	Adições / Aquisições (+)	Pagamento de principal (-)	Pagamento de juros (-)	Juros apropriados (+)	2024
Notas comerciais	-	82.000	-	-	5.853	87.853
(-) Custos de captação	-	(380)	-	-	234	(146)
	<u>-</u>	<u>81.620</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.087</u>	<u>87.707</u>
Circulante	-	-	-	-	-	87.707

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

a) Informações sobre as notas comerciais escriturais

- Em 20 de maio de 2024 a Companhia procedeu com a 1ª emissão de notas comerciais escriturais, no valor de R\$ 82.000, com recebimento líquido dos recursos em junho de 2024. O Valor Nominal Unitário será atualizado monetariamente e incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de 1 (um) dia, "over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). O pagamento das notas comerciais será efetuado em única data, sendo a parcela devida em 23 de maio de 2025. Com as garantias a seguir: (1) Garantia Fedejussória: cedida pela Cataratas do Iguaçu S.A. e Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A., proporcional às participações das acionistas; (2) Garantias Reais: Cessão fiduciária dos recebíveis associados ao contrato de concessão; (3) Alienação fiduciária da totalidade das ações emitidas pela Companhia;
- Em 20 de maio de 2025, foi celebrado aditamento ao "Termo de Emissão da 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais", na qual foram aprovadas : (a) o prazo, a Data de Vencimento (conforme definido no Termo de Emissão) e a Data de Amortização (conforme definido no Termo de Emissão) das Notas Comerciais, de forma que passem a vencer em 23 de maio de 2026, data em que também será realizada a amortização do Valor Nominal Unitário, (b) a Remuneração (conforme definido no Termo de Emissão), para que o spread incidente sobre as Notas Comerciais a partir de 23 de maio de 2025 (inclusive) passe a ser de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; (c) as Datas de Pagamento da Remuneração, de forma que o pagamento da Remuneração seja realizado em duas parcelas, sendo a primeira em 23 de maio de 2025, considerando a Remuneração apurada até tal data; e a segunda na Data de Vencimento das Notas Comerciais;
- A Administração acompanha os requerimentos mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

## 10. Tributos a recolher

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRRF a recolher	1	2
PIS e COFINS a recolher - retidos	2	7
ISSQN a recolher	1	31
	<u>4</u>	<u>40</u>
Circulante	4	40

## 11. Obrigações sociais a recolher

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a pagar	<u>3</u>	<u>20</u>
	<u>3</u>	<u>20</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

## 12. Partes relacionadas

A seguir temos um quadro da composição das partes relacionadas e seus impactos:

	31/12/2025				31/12/2024	
	Cataratas do Iguaçu S.A.	Construcap - CCPS Engenharia e Comércio S.A.	Urbia Cataratas S/A	CONSORCIO CONSTRUCAP TUCUMANN	Construcap - CCPS Engenharia e Comércio S.A.	Urbia Cataratas S/A
Ativo (a)						
Estoque	-	107	-	-	-	-
Obras em Andamento	-	-	-	10.563	-	-
Passivo (b)						
Adiantamentos	-	-	-	-	-	(2)
Fornecedores a pagar	-	-	(102)	-	(9)	(1.057)
Resultado (c)	-	-	-	-	-	-
Despesa	-	-	1.057	-	(9)	(1.057)

- (a) Ativo: R\$ 107 correspondentes a materiais de uso e consumo enviados pela Construcap, destinados à estruturação e às atividades iniciais da Companhia; e R\$ 10.503 referente à serviços tomados do Consórcio Construcap Tucumann correspondente às obras civis de remodelação das áreas de visitação do Parque Nacional de Jericoacoara.
- (b) Passivo: montantes relativos a adiantamentos a fornecedores efetuados pela Urbia Cataratas S.A. em nome da Companhia, a serem liquidados mediante reembolso;
- (c) Resultado: valores referentes ao estorno de repasses de gastos de pessoal relacionados a atividades de backoffice (suporte administrativo e financeiro, realizado pela Urbia Cataratas S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

### 13. Patrimônio Líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social integralizado é de R\$10.436 e está dividido em 10.436 (dez milhões, quatrocentos e trinta e seis mil) ações ordinárias, subscrito proporcionalmente à participação societária de cada acionista, o valor médio unitário atual é de R\$1,00 (um real) cada.

Em 21 de maio de 2024 foi aprovado através da ata de reunião do conselho de administração o aumento do capital social no montante de R\$34.686. Este aumento é subscrito proporcionalmente à participação societária de cada acionista, totalmente integralizado mediante depósito em conta corrente da Companhia, em dois momentos distintos: depósito em conta corrente no dia 10 de junho de 2024, no valor de R\$ 10.336 para atender à determinação de aporte integralizado mínimo de 30% (trinta por cento), estabelecida no Edital de Licitação da Concorrência nº 002/2023 (Processo Administrativo nº 02070.003311/2022-46) e seu respectivo Contrato de Concessão, ambos do ICMBio, e o restante correspondendo a R\$24.350, até 10/06/2029.

31 de dezembro de 2025				
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	Preferenciais	Capital Social (R\$)	% de participação
Cataratas do Iguaçu S.A.	5.218	-	5.218	50,00%
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	5.218	-	5.218	50,00%
<b>Total</b>	<b>10.436</b>	<b>-</b>	<b>10.436</b>	<b>100,00%</b>

  

31 de dezembro de 2024				
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	Preferenciais	Capital Social (R\$)	% de participação
Cataratas do Iguaçu S.A.	5.218	-	5.218	50,00%
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	5.218	-	5.218	50,00%
<b>Total</b>	<b>10.436</b>	<b>-</b>	<b>10.436</b>	<b>100,00%</b>

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em dezembro de 2025 a empresa apresentou prejuízo no exercício, não sendo constituído reserva.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

c) Distribuição de dividendos

Conforme previsto em estatuto social, após a constituição da reserva legal, o lucro remanescente, ajustado pela constituição de reservas de contingências e respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (a) 30% será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e, (b) caberá aos acionistas determinar a distribuição ou outra alocação do lucro líquido que exceder o dividendo mínimo obrigatório.

14. Custos e despesas por natureza

	31/12/2025	31/12/2024
Gastos com pessoal (*)	793	(1.093)
Produtos, materiais e utilidades	(591)	(48)
Amortização	(129)	(6)
Serviços contratados	(2.463)	(619)
Outros impostos e taxas	(17)	(5)
Viagens e estadias	(158)	(139)
Outros gastos	(55)	(10)
	<u>(2.620)</u>	<u>(1.920)</u>
Custo das vendas	-	(58)
Despesas gerais e administrativas	(2.620)	(1.862)
	<u>(2.620)</u>	<u>(1.920)</u>

(\*) Em 31 de dezembro de 2025 ocorreu o estorno de repasses de gastos de pessoal relacionados a atividades de suporte administrativo e financeiro, realizado pela Urbia Cataratas S.A.

15. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	35	1.338
	<u>35</u>	<u>1.338</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(85)	(47)
Imposto sobre operação financeira	(83)	(63)
Outras despesas financeiras	(32)	(20)
	<u>(202)</u>	<u>(130)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(167)</u>	<u>1.208</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

## 16. Contingência

A Companhia é parte em ação judicial decorrente do curso normal de suas operações e nenhuma foi considerada de perda "provável. Trata-se de ação civil pública onde o Município de Jicoca de Jericoacoara pretende a alteração nas regras de cobrança de ingresso previstas no Contrato de Concessão entre concessionária e ICMBio. A ação é considerada de perda "possível" pelos seus assessores legais e, portanto, não foi registrada nas demonstrações contábeis da Companhia em 2025.

Em R\$ mil

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Processos possíveis		
Cível	12	2
	<u>12</u>	<u>2</u>

## 17. Instrumentos financeiros

### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente;
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de preço baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro:

	Nível	Valor justo		Valor justo	
		31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Ativos					
Mensuradas ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	2	11	11	24.132	24.132
Mensurado ao custo					
amortizado					
Adiantamento a terceiros	2	22	22	1.014	1.014
Despesas antecipadas outros	2	121	121	64	64
		<u>154</u>	<u>154</u>	<u>25.210</u>	<u>25.210</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Nível	Valor justo		Valor justo	
		31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Passivos					
Mensuradas ao custo amortizado					
Notas Comerciais	2	90.176	90.339	87.707	87.853
Conta Garantida	2	23.999	23.999	-	-
Fornecedores	2	370	370	1.181	1.181
		<u>114.545</u>	<u>114.708</u>	<u>88.888</u>	<u>89.034</u>

A Administração da Companhia entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

## 18. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, cujas vigências encerram em 01/12/2026.

Os valores de cobertura de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

Bens segurados	Cobertura	Montante da cobertura
Seguro Garantia	Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviço	11.957
Responsabilidade civil	Reclamações de Terceiros	1.000
Seguro Patrimonial	Incêndios, Danos Elétricos, Catástrofes Naturais, Roubo	3.395

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

## 19. Gestão de capital

Um dos principais índices para monitorar a estrutura de capital é o índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total das notas comerciais e conta garantida (conforme demonstrado no balanço patrimonial em Empréstimos e Financiamentos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
 Período de 31 de dezembro de 2025 e 2024  
 (Em milhares de Reais)

Dando sequência a estratégia original da companhia e o processo de adequação do perfil e volume de endividamento, conforme demonstrado na nota explicativa 1.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2025	31/12/2024
Total das notas comerciais e conta garantida (Nota 9)	114.175	87.707
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(11)	(24.132)
Dívida líquida (a)	<u>114.164</u>	<u>63.575</u>
Total do patrimônio líquido (b)	<u>6.937</u>	<u>9.724</u>
Total do capital (a) + (b)	<u>121.101</u>	<u>73.299</u>
Índice de endividamento líquido - %	<u>94,27%</u>	<u>86,73%</u>

## 20. Eventos Subsequentes

Em 27 de fevereiro de 2026, a Companhia celebrou o segundo aditamento à Cédula de Crédito Bancário referente à conta garantida mantida junto ao Banco ABC Brasil S.A.

Por meio do referido aditamento, o limite de crédito foi majorado de R\$ 25.000 para R\$ 28.000, bem como o prazo de vencimento foi prorrogado de 27 de fevereiro de 2026 para 27 de agosto de 2026.

A Administração entende que o aditamento contribui para o reforço da liquidez da Companhia no curto prazo, proporcionando maior flexibilidade na gestão do capital de giro durante o período pré-operacional.